

RESOLUÇÃO N° 61, DE 26 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre a armazenagem de cargas perigosas classificadas pela International Maritime Organization – IMO, na área sob gestão da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A.

CONSIDERAÇÕES

Considerando a complexidade das operações com cargas que, por sua natureza físico-química, possuem classificação IMO, e para a sua armazenagem, dentro das exigências técnicas impostas pela legislação à SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A., deverá adequar a sua infraestrutura de armazenagem para o perfeito atendimento a este perfil de cargas, com foco na legislação ambiental e de segurança do trabalho.

Considerando que a armazenagem de cargas tipificadas como IMO, exigem maior área de armazenagem se comparadas à armazenagem de cargas sem tal classificação, visto exigirem substancial área para a sua segregação, conforme NR 29 - anexo V - Segregação de Cargas Perigosas - uma vez que determinadas mercadorias classificadas oferecem incompatibilidade e reagem perigosamente ao entrar em contato com outras, dada sua proximidade e reatividade.

Considerando as reduzidas dimensões das áreas de armazenagem do Porto de São Francisco do Sul e o volume significativo e histórico de cargas cativas e sem perfil de cargas perigosas que praticamente se utilizam de todas as áreas de armazenagem disponíveis no porto.

Considerando que, para a materialização de infraestrutura de armazenagem com características para atendimento a cargas com perfil IMO, a SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A. deverá fazer investimentos significativos, em prejuízo de outras áreas onde os investimentos trarão melhor resultado, em particular, para os agentes importadores e exportadores e, no geral para sociedade, quer seja na geração de tarifas públicas, impostos, postos de trabalho, emprego e renda.

Considerando a necessidade de continuar a atender, via Porto de São Francisco do Sul, armadores e proprietários desse segmento de cargas classificadas, mantendo o nível de competitividade e atendimento no mercado da região de influência.

Considerando o contido na Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo - MARPOL, do qual o Brasil é signatário, que se constitui em instrumento multilateral com o propósito primordial de proteger o meio ambiente, reconhecendo a importante contribuição que aquela convenção deu ao tratar de preservar os mares e o meio ambiente costeiro contra a poluição, notadamente o constante em seu Anexo II MARPOL 73/78.

Considerando o contido na Resolução ANTAQ n° 65, de 14 de dezembro de 2021, que estabelece os procedimentos para operações com produtos perigosos quando em trânsito por instalações portuárias situadas dentro da área do porto organizado.

Considerando o contido na Resolução ANTAQ nº 7.954, de 13 de agosto 2020, que trata de procedimentos para operações com produtos perigosos quando em trânsito por instalações portuárias.

Considerando o contido na NORMAM 29, publicado pela Diretoria de Portos e Costas - DPC, que estabelece requisitos para o transporte e armazenamento, em mar aberto, de cargas perigosas em embalagens, cargas sólidas perigosas a granel, substâncias líquidas nocivas a granel e gases liquefeitos a granel, visando à segurança das pessoas, à integridade da embarcação e minimizar os riscos ao meio ambiente.

Considerando o contido na ABNT NBR 7500:2021, que trata de simbologia convencional e seu dimensionamento para identificar produtos perigosos, a ser aplicada nas unidades e equipamentos de transporte e nas embalagens/volumes, a fim de indicar os riscos e os cuidados tomados no transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento.

Considerando o contido na NR 29 – Norma Regulamentadora da Saúde e Segurança do Trabalho Portuário, cujo objetivo é estabelecer as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no trabalho portuário e as diretrizes para a implementação do gerenciamento dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, tanto a bordo como em terra, assim como às demais atividades nos portos e nas instalações portuárias, públicas ou privadas, situadas dentro ou fora da área do porto organizado, e nos terminais retroportuários.

Considerando o contido no Porto Sem Papel – PSP, sistema eletrônico de autoria do Governo Federal, que tem como finalidade concentrar as documentações das embarcações, suas tripulações e cargas, para que os órgãos fiscalizadores e intervenientes ofereçam ou não suas anuências, autorizando ou impedindo a atracação ou desatracação das embarcações.

A Diretoria Executiva da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 44 do Estatuto Social, e para disciplinar a movimentação de cargas classificadas como perigosas dentro da área sob gestão da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A.

RESOLVE:

Art. 1º Somente será permitida a armazenagem de cargas na área do Porto Organizado sob administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A., cuja natureza sejam classificadas pela IMO, como nocivas ou perigosas, nos casos excepcionais em que o requerente da armazenagem deste tipo de carga materialize estrutura compatível e adequada para seu armazenamento, com cumprimento de todas as exigências ambientais aplicáveis, condicionada a autorização a análise e aprovação prévia da administração do Porto e dos órgãos licenciadores.

Art. 2º Nas exportações, as cargas e mercadorias classificadas como carga perigosa pela IMO, somente adentrarão na área sob gestão da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A., para embarque direto, ou seja, do transporte terrestre para a embarcação, sem a possibilidade de armazenamento no recinto alfandegado.

Art. 3º Nas importações, as cargas e mercadorias classificadas como carga perigosa pela IMO, desembarcarão dos navios com transporte direto para local licenciado e

adequado ao seu armazenamento, em estruturas de retroárea, fora da área sob gestão da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A.

Capítulo I – Operadores Portuários

Art. 4º Os Operadores Portuários e/ou representante do armador, quando das rotinas e procedimentos de preenchimento do Documento Único Virtual – DUV, encontrado no sistema Porto Sem Papel – PSP, em havendo a bordo cargas com perfil e características IMO, em trânsito ou a operar, deverão preencher no campo do PSP a Declaração de Cargas Perigosas, especificando a carga bem como a anexação da Ficha de Segurança de Produto Químico-FISPQ, correspondentes.

Art. 5º Para a movimentação de cargas com classificação IMO, os operadores portuários deverão possuir em seus quadros, corpo técnico capacitado e responsável pelo acompanhamento das operações e cumprimento das exigências legais, relativas operação e trânsito de produtos perigosos, bem como oferecer treinamento e orientação para as situações de riscos referentes a produtos perigosos que venham a operar, garantindo, assim, procedimentos seguros durante o trânsito desses produtos na área portuária.

Capítulo II – Das Disposições Finais

Art. 6º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Diretoria Executiva da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação, e revogada a Instrução Normativa Nº 07/2011, de 06/11/2011 e disposições anteriores ou contrárias.

São Francisco do Sul/SC, 26 de junho de 2024.

Cleverton Elias Vieira
Diretor Presidente
(assinado digitalmente)

Lindomar de Souza Dutra
Diretor de Administração e Finanças
(assinado digitalmente)

Guilherme Custódio de Medeiros
Diretor de Operações e Logística
(assinado digitalmente)





Assinaturas do documento



Código para verificação: **Y73PFZ21**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLEVERTON ELIAS VIEIRA (CPF: 000.XXX.229-XX) em 26/06/2024 às 15:34:36

Emitido por: "SGP-e", emitido em 26/02/2019 - 11:41:04 e válido até 26/02/2119 - 11:41:04.

(Assinatura do sistema)



GUILHERME CUSTÓDIO DE MEDEIROS (CPF: 023.XXX.679-XX) em 26/06/2024 às 15:53:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 07/03/2019 - 12:06:58 e válido até 07/03/2119 - 12:06:58.

(Assinatura do sistema)



LINDOMAR DE SOUZA DUTRA (CPF: 888.XXX.379-XX) em 26/06/2024 às 16:01:30

Emitido por: "SGP-e", emitido em 26/04/2019 - 17:07:51 e válido até 26/04/2119 - 17:07:51.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UFNGU18xNjU1OV8wMDAwMDQ3NF80NzRfMjAyM19ZNzNQRIoyMQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PSFS 00000474/2023** e o código **Y73PFZ21** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.